

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**LOCAIS DE TORTURA NA CIDADE DO RECIFE NOS TEMPOS DA DITADURA  
CIVIL-MILITAR (1964-1985)**

**DÉSIRÉE CIRO NERY DOS SANTOS**

RECIFE – PE

2024

**DÉSIRÉE CIRO NERY DOS SANTOS**

**LOCAIS DE TORTURA NA CIDADE DO RECIFE NOS TEMPOS DA DITADURA  
CIVIL-MILITAR (1964-1985)**

Relatório Final de Pesquisa para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção de título de Mestre em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim

RECIFE – PE

2024

S2371 Santos, Désirée Ciro Nery dos.  
Locais de tortura na cidade do Recife nos tempos da ditadura civil-militar / Désirée Ciro Nery dos Santos, 2024.  
54 f.

Orientador: Helder Remigio de Amorim.  
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2024.

1. Historiografia. 2. Brasil - História - 1964-1985. 3. Tortura. 4. Cartografia. 5. Pesquisa histórica. I. Título.

CDU 930.28

Pollyanna Alves - CRB4/1002



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Désirée Ciro Nery dos Santos**

**LOCAIS DE TORTURA NA CIDADE DO RECIFE NOS TEMPOS DA DITADURA  
CIVIL-MILITAR (1964-1985)**

Trabalho de conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

**Aprovada em 24/10/2024**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim (Orientador e Presidente da Banca)

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

---

Prof. Dr. Arthur Lira do Nascimento (Membro Externo)

Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA



Documento assinado digitalmente  
**WALTER VALDEVINO DO AMARAL**  
Data: 04/02/2025 16:08:36-0300  
verifique em <https://validar.itf.gov.br>

---

Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

**RECIFE  
2024**

“O que ameaça a democracia, é a fome, é a miséria, é a doença dos que não tem recursos para enfrentá-la. Esses são os males que podem ameaçar a democracia, mas nunca o povo na praça pública no uso de seus direitos legítimos e democráticos.”

João Goulart

“O que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.”

João Goulart

“Acorda amor

Eu tive um pesadelo agora

Sonhei que tinha gente lá fora

Batendo no portão, que aflição

Era a dura, numa muito escura viatura

Minha nossa, santa criatura

Chame, chame o ladrão, chame o ladrão

Se eu demorar uns meses

Convém, às vezes, você sofrer

Mas depois de um ano não vindo

Ponha a roupa de domingo

E pode me esquecer”

*Acorda amor*, Chico Buarque

“A tortura, em certos casos, torna-se necessária para obter confissões. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar o mal maior”.

Ernesto Geisel

## AGRADECIMENTOS

Ao longo do percurso acadêmico no mestrado, é importante reconhecer que essa trajetória não se inicia nem se encerra exclusivamente nesse período, estendendo-se para além da sua duração formal. A jornada da vida, entrelaçada com o desenvolvimento acadêmico, é enriquecida por pessoas que desempenham papéis essenciais em nossa evolução. Sem o apoio dessas figuras, os desafios e conquistas seriam vivenciados de maneira diferente, tanto no aspecto pessoal quanto profissional.

Agradeço ao Professor Dr. Helder Remígio de Amorim pelas valiosas orientações que contribuíram significativamente para meu crescimento pessoal e acadêmico. Sua paciência e confiança proporcionaram liberdade e incentivo à pesquisa e à redação do trabalho. Também expressei minha gratidão ao Professor Dr. Paulo César Gomes, cujo grupo de estudos online sobre a ditadura civil-militar me permitiu aprofundar ainda mais meu interesse pelo tema.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, agradeço pelos esforços coletivos dos coordenadores, do corpo administrativo e dos professores, que possibilitaram a concretização deste trabalho. Em especial, registro meu agradecimento a Cleyton Rômulo Lopes da Silva pelo suporte contínuo ao longo dessa jornada.

Às minhas amigas Isabel Cristina Miranda Feitosa Ferreira, Maria Helena Pontes e Alessandra Lima, sou grata pelo apoio e incentivo nos momentos mais desafiadores e pelas comemorações das vitórias, pequenas e grandes. Da mesma forma, agradeço aos amigos, próximos ou distantes, por todo o suporte e pelo crescimento mútuo.

Minha gratidão se estende também à terapeuta Simei Patti, cuja orientação foi fundamental nos momentos de incerteza, ajudando-me a encontrar clareza e equilíbrio durante o processo de conclusão do mestrado. Sua dedicação foi crucial para meu bem-estar e progresso.

Aos meus filhos, Silvio Romero e Natália, minha eterna gratidão por serem minha fonte de alegria e motivação. Esse passo foi dado também por vocês. Por fim, aos meus fiéis companheiros de jornada, meus gatos Dunga, Simba, Jango, Marie e Messi, cujas presenças foram uma constante fonte de distração e conforto.

Agradeço sinceramente a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, mesmo que seus nomes não tenham sido mencionados.

## RESUMO

A pesquisa para a elaboração da cartografia dos locais de tortura na cidade do Recife foi conduzida no contexto da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), um período marcado pela repressão política, suspensão de direitos civis e perseguição sistemática a opositores, especialmente aqueles de ideologia comunista. Durante esse tempo, o Estado utilizou a tortura e outros métodos violentos como instrumentos de controle social, resultando em graves violações de direitos humanos. Além de mapear esses locais, a pesquisa procurou compreender o funcionamento desses espaços repressivos, onde indivíduos foram submetidos a violências físicas e psicológicas. A metodologia incluiu a análise de depoimentos e informações dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), além de outras fontes historiográficas. A investigação também se baseou em reflexões teóricas de Paul Ricoeur, que explora a relação entre memória e esquecimento no processo de construção histórica; de Carlo Ginzburg, cuja abordagem micro histórica permite uma análise detalhada das práticas repressivas cotidianas; e de Michel Foucault, que oferece uma análise crítica sobre poder e controle social, essenciais para a compreensão dos mecanismos de vigilância e tortura institucionalizados durante o regime militar. Michel de Certeau, com sua distinção entre espaço e lugar, também foi fundamental ao destacar como os locais de tortura, embora controlados pelo Estado, foram transformados pelas práticas de repressão e resistência, tornando-se significativos na construção da memória coletiva. Como resultado, foi criada a revista Memórias das Sombras, destinada aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância de refletir criticamente sobre as consequências de um regime de violência e violações de direitos humanos.

**Palavras-chave:** Cartografia; Tortura; Ditadura Civil-Militar.

## **ABSTRACT**

The research to create a map of torture sites in the city of Recife was conducted within the context of the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985), a period marked by political repression, the suspension of civil rights, and the systematic persecution of opponents, especially those with communist ideologies. During this time, the State used torture and other violent methods as instruments of social control, resulting in severe human rights violations. In addition to mapping these sites, the research aimed to understand the functioning of these repressive spaces, where individuals were subjected to physical and psychological violence. The methodology included analyzing testimonies and information from the reports of the National Truth Commission (CNV) and the Dom Helder Câmara State Truth and Memory Commission (CEMVDHC), as well as other historiographical sources. The research also drew on theoretical reflections by Paul Ricoeur, who explores the relationship between memory and forgetting in the process of historical construction; Carlo Ginzburg, whose micro-historical approach allows for a detailed analysis of everyday repressive practices; and Michel Foucault, who provides a critical analysis of power and social control, essential for understanding the mechanisms of surveillance and torture institutionalized during the military regime. Michel de Certeau, with his distinction between space and place, was also crucial in highlighting how torture sites, although controlled by the State, were transformed by practices of repression and resistance, becoming significant in the construction of collective memory. As a result, the magazine *Memórias das Sombras* was created, aimed at 3rd-year high school students, with the goal of raising awareness about the importance of critically reflecting on the consequences of a regime characterized by violence and human rights violations.

**Keywords: Cartography; Torture; Civil-Military Dictatorship.**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias  
AI – Ato Institucional  
AP – Ação Popular  
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ASI – Assessoria de Segurança e Informação  
AVC – Acidente Vascular Cerebral  
BNDigital – Biblioteca Nacional Digital  
CCC – Comando de Caça aos Comunistas  
CEMVDHC – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara  
CEP – Colégio Estadual de Pernambuco  
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores  
CIE – Centro de Informações do Exército  
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha  
CF – Constituição Federal  
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica  
CEJIL – Centro Pela Justiça e Direito Internacional  
CNV – Comissão Nacional da Verdade  
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DIs – Dissidências  
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DP – Diário de Pernambuco  
DEPIN – Diretoria Executiva do Interior  
DSI – Divisão de Segurança de Informações  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EUA – Estados Unidos  
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FUP – Frente Única Progressista  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
JOC – Juventude Operária Católica  
JUC – Juventude Universitária Católica  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
ME – Movimento Estudantil  
MEC – Ministério da Educação  
MP – Medida Provisória  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OBAN – Operação Bandeirante  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PDF – Portable Document Format  
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos  
POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária  
PSD – Partido Social Democrático  
PST – Partido Social Trabalhista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
QR Code – Quick Response Code  
SNI – Serviço Nacional de Informação  
UDN – União Democrática Nacional  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco  
URL – Uniform Resource Locator  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USAID – United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985).....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. Justiça de Transição: Comissão Nacional da Verdade (CNV) e Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC).....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.1. Justiça de Transição.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.2. Comissão Nacional da Verdade (CNV) .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.3. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2. As Manifestações Estudantis em Pernambuco (1964-1968).....</b>	<b>23</b>
<b>2.3. Órgãos de Repressão em Pernambuco .....</b>	<b>35</b>
<b>2.4. Tortura e Mecanismos de Tortura .....</b>	<b>39</b>
<b>3. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA .....</b>	<b>42</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO .....</b>	<b>43</b>
<b>5. APLICAÇÃO DO PRODUTO.....</b>	<b>45</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>7. ACERVOS E FONTES .....</b>	<b>47</b>
<b>7.1. Hemeroteca Digital .....</b>	<b>47</b>
<b>7.2. Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV).....</b>	<b>49</b>
<b>7.3. Relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC).....</b>	<b>50</b>
<b>7.4. Brasil: Nunca Mais .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.2</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado "**Locais de Tortura na Cidade do Recife nos Tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)**" insere-se na área de concentração em História, Cultura e Memórias Municipais da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). A escolha do tema surgiu a partir da leitura do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>1</sup>, que despertou o interesse em investigar a história sombria relacionada à capital pernambucana durante o golpe civil-militar de 1964. Os depoimentos e biografias daqueles que foram torturados ou mortos, conforme relatados no documento, motivaram uma análise sobre a atuação dos órgãos de repressão na cidade do Recife e a identificação dos locais onde ocorreram torturas físicas e psicológicas, além das execuções de supostos opositores políticos e indivíduos considerados subversivos.

A pesquisa buscou responder à seguinte questão: **Qual é a importância de conhecer e mapear os locais de atuação dos órgãos de repressão na cidade do Recife?** Com base nessa indagação, o objetivo geral da pesquisa foi identificar os edifícios dos órgãos de repressão, ou setores privados, utilizados na cidade do Recife para a tortura e outras violações dos direitos humanos de opositores políticos ou supostos subversivos entre 1964 e 1985. Os objetivos específicos incluíram: 1) Analisar historicamente os eventos que levaram ao golpe civil-militar de 1964; 2) Cruzar os depoimentos e informações dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC)<sup>2</sup> com fontes historiográficas fidedignas; 3) Mapear cartograficamente os locais de desaparecimentos, sequestros e torturas em Pernambuco, conforme apontados pelos relatórios das comissões da verdade; e 4) Propor uma revista ilustrada, acessível aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, com o intuito de criar uma consciência crítica sobre os eventos ocorridos durante o regime ditatorial.

Para o desenvolvimento e elaboração do produto final, foram realizadas pesquisas aprofundadas na historiografia da ditadura civil-militar, com consultas aos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, que circularam durante o período ditatorial, além da

---

<sup>1</sup> BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014a. 976 p. – (Relatório da Comissão da Verdade, v. 1).

<sup>2</sup> BRASIL. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**. *Relatório / Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara*. Recurso eletrônico. – Brasília: CEMVDHC, 2012a. – (Relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, v. 1).

análise dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC). A investigação abrangeu temas centrais relacionados ao golpe de 1964 e seus desdobramentos, bem como à Justiça de Transição, que envolveu o trabalho das comissões da verdade, com ênfase no papel dos órgãos de repressão na cidade do Recife, explorando seus métodos de tortura e as motivações por trás das práticas repressivas.

Outro aspecto relevante da pesquisa foi a análise das manifestações estudantis em Pernambuco entre 1964 e 1968, com base nas edições dos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*. O estudo evidenciou os movimentos de resistência juvenil contra o regime ditatorial, destacando a oposição organizada pelos estudantes durante o período.

Além disso, foram investigadas as atividades dos órgãos de repressão em Pernambuco, com base nos relatórios da CNV e da CEMVDHC, com o objetivo de lançar luz sobre as ações repressivas ocorridas na cidade do Recife entre 1964 e 1985 e o impacto duradouro dessas práticas na história local e nacional.

Por fim, a pesquisa abordou os mecanismos de tortura empregados pelos órgãos de repressão, revelando as estruturas por trás dessas práticas. A investigação não apenas identificou a tortura como um meio de obtenção de informações, mas também como uma ferramenta de controle social e eliminação da dissidência, com consequências profundamente marcantes na sociedade brasileira.

Essas análises possibilitaram uma compreensão abrangente das práticas repressivas durante a ditadura civil-militar, fundamentais para o entendimento dos impactos duradouros desse regime na história do Brasil.

## **2. A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)**

O presidente João Belchior Marques Goulart (Jango), ao assumir a presidência do Brasil em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, encontrou o país em meio a uma intensa crise política e econômica.

João Goulart, após o período parlamentarista, tinha como principal bandeira as reformas de base, que consistiam em propostas de alteração estrutural em áreas-chave da sociedade e da economia com o objetivo de reduzir as profundas desigualdades sociais e promover a modernização econômica do país. As principais reformas propostas incluíam:

A reforma agrária pretendia distribuir a terra aos camponeses, expropriando-a dos grandes proprietários que seriam indenizados com títulos da dívida pública. Assim, seria possível aumentar a produção de alimentos, abastecer as cidades e ampliar o mercado interno. A reforma urbana tinha o objetivo de regulamentar o mercado imobiliário, protegendo os inquilinos. A reforma educacional visava adequar currículos e pesquisas às demandas da chamada realidade nacional e mobilizar a sociedade para liquidar o analfabetismo. A reforma do estatuto das capitais internacionais enfatizava a regulamentação da remessa de lucros para o exterior. A reforma bancária disciplinaria a especulação e o mercado financeiro. A reforma política tinha por fim a efetiva universalização do voto, incluindo soldados e graduados das Forças Armadas e, principalmente, os analfabetos que constituíam quase 50% da população adulta. (Reis Filho, 2014, v.5, p. 78).

As reformas de base contrariavam os interesses de setores conservadores, incluindo empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, parte do alto clero, políticos, a grande imprensa, como os jornais *O Estado de São Paulo* e *Tribuna da Imprensa* (de Carlos Lacerda), e organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), mantidas com recursos de empresários brasileiros e norte-americanos, além dos Estados Unidos. A reforma agrária, em particular, era considerada radical. Além disso, o Alto Comando das Forças Armadas estava preocupado com as reivindicações dos militares subalternos (soldados, cabos e sargentos), vistas como desrespeitosas aos princípios de hierarquia e disciplina militares, supostamente apoiadas por Jango.

Por outro lado, parte da sociedade brasileira era favorável às reformas de base, incluindo movimentos sociais como o movimento estudantil, liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e o movimento católico, representado pela Juventude Operária Católica (JOC) e pela Juventude Universitária Católica (JUC). Organizações de trabalhadores, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado e político Francisco Julião, também apoiavam as reformas.

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 foi justificado pela necessidade de garantir a ordem e a segurança nacional, além de conter a ameaça comunista, que, segundo os militares, estaria presente no governo populista de Jango — herança varguista, especialmente após o Comício das Reformas, em 13 de março de 1964, na Estação Pedro II – Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Setores conservadores e reacionários da sociedade, receosos, apoiaram os militares por meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em diversas cidades do país.

A deposição do presidente João Goulart foi articulada por setores das Forças Armadas, políticos ligados à UDN, como os governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Ademar Barros (São Paulo), além de empresários brasileiros associados ao IPES e ao IBAD. Os Estados Unidos também participaram, considerando que a política de

Jango não atendia aos seus interesses. Para enfraquecer o governo de João Goulart, os estadunidenses financiaram instituições e campanhas de políticos conservadores.

O golpe de 1964 resultou de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, composta por empresários, políticos, classe média, setores da Igreja e da burguesia industrial, todos influenciados pelo contexto da Guerra Fria, quando "boa parte das elites militares e civis no Brasil estava alinhada ao mundo 'cristão e ocidental' liderado pelos Estados Unidos contra a suposta 'expansão soviética'" (Napolitano, 2018, p. 9 e 10). A imprensa nacional também desempenhou um papel crucial, consolidando a ideia de que o país caminhava para o comunismo, reproduzindo o discurso do inimigo subversivo (Napolitano, 2018, p. 35). Este contexto reflete o entendimento de que, para as elites civis e militares que elaboravam o discurso para a classe média, o Brasil tinha um destino histórico como o último "baluarte do Ocidente", como defendido pelo general Golbery do Couto e Silva (Napolitano, 2018, p. 48).

Após a consolidação do golpe civil-militar, a presidência da República foi declarada vaga pelo presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, e interinamente assumida em 2 de abril de 1964 pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, conforme previsto na Constituição de 1946. Foi formada uma junta militar composta pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo tenente-brigadeiro Francisco Correia de Melo e pelo almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, autodenominada "Comando Supremo da Revolução", que iniciou a organização das bases para a implantação da ditadura civil-militar no Brasil. Em 9 de abril de 1964, a junta militar emitiu o Ato Institucional nº 1 (AI-1).

O AI-1 afirmava:

[...] A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo.<sup>3</sup>

Após o golpe, os militares estabeleceram um governo autoritário, conhecido como ditadura civil-militar. É importante destacar que, entre os apoiadores do golpe:

[...] havia muitos que não desejavam a ditadura, apenas o afastamento de um governo considerado esquerdista demais. Tampouco eram todos contrários à realização de reformas sociais, que, a propósito, muitos dos chefes do novo regime prometiam fazer, desde que respeitados os valores "democráticos e cristãos". Parte desse segmento

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)

“moderado” logo perderia o entusiasmo pela intervenção militar e, nos anos vindouros, iria engrossar as forças de oposição. (Motta, 2014, p.35 e 36)

O regime militar buscou legitimar sua autoridade e garantir a continuidade do poder por meio de Atos Institucionais. Entre abril de 1964 e outubro de 1969, foram editados 17 Atos Institucionais, regulamentados por 104 atos complementares, visando impor mudanças significativas na estrutura política, social e econômica brasileira. Dentre eles, destacam-se os cinco primeiros Atos Institucionais: o AI-1, emitido pela junta militar; o AI-2, AI-3 e AI-4, pelo marechal Castelo Branco; e o AI-5, pelo marechal Costa e Silva. A cada ato, os militares ampliavam seus poderes, marcando uma nova fase ditatorial.

O AI-1 conferiu ao governo militar o poder de alterar a Constituição de 1946, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade administrativa. Estabeleceu ainda a eleição indireta para a presidência da República em 2 de abril de 1964, estipulando 31 de janeiro de 1966 como data para o término do mandato e da validade do ato. O AI-1 excluía da análise do Poder Judiciário todas as suas determinações. Dois dias depois, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente do Brasil pelo Congresso Nacional, sendo empossado em 15 de abril.

Embora o marechal-presidente Castelo Branco declarasse defender a democracia, ele adotou uma política autoritária. Em 27 de outubro de 1965, ele editou três Atos Institucionais adicionais.

O Ato Institucional nº 2 foi primordial e:

[...] pode ser visto como a passagem do governo que se considerava transitório para um regime autoritário mais estruturado. Em grande parte, representa o fim da lua de mel entre os militares no poder e os políticos conservadores que apoiaram o golpe, mas queriam manter seus interesses partidários e eleitorais intactos, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Basicamente, reforçava os poderes do presidente da República, em matérias constitucionais, legislativas, orçamentárias. O ato ainda reforçava a abrangência e a competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados lesivos à segurança nacional. O presidente da República ainda poderia decretar Estado de Sítio por 180 dias, fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir em estados, cassar deputados e suspender os direitos dos cidadãos por dez anos. Na prática, tratava-se de uma reforma constitucional imposta pelo Executivo federal. Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão do nascimento definitiva. (Napolitano, 2014, p. 58)

Com o AI-2, houve o fim do pluripartidarismo e a criação do bipartidarismo. Surgiram a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), apoiadora do regime autoritário, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição.

Em 5 de fevereiro de 1966, o AI-3 foi editado, impondo eleições indiretas para governador. Na prática, as eleições indiretas representavam nomeações de aliados para os cargos de presidente e governador estadual, com a confirmação feita pelo Congresso Nacional e pelas Assembleias Legislativas, respectivamente.

O AI-4 foi instituído em 6 de dezembro de 1966, convocando o Congresso Nacional em caráter extraordinário para discutir, aprovar por maioria absoluta e promulgar o projeto da nova Constituição, que foi promulgada em 24 de janeiro de 1967.

A instituição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, marcou um momento de extrema tensão durante a ditadura civil-militar no Brasil. Os militares da "linha dura", sob o comando do então marechal-presidente Arthur da Costa e Silva, protagonizaram um dos períodos mais conturbados da história social do país, conhecido como os "Anos de Chumbo".

Com o AI-5, o poder foi ainda mais concentrado no Executivo, permitindo ao presidente decretar o recesso do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras municipais, censurar os meios de comunicação, eliminar as garantias de estabilidade do Judiciário, suspender a aplicação do habeas corpus em crimes contra a segurança nacional, cercear direitos individuais, legislar por decreto e julgar crimes políticos em tribunais militares. As consequências do AI-5 foram ainda mais graves, com a institucionalização da tortura e a repressão severa a opositores políticos.

Como resultado do AI-5, foram criados dois órgãos ligados ao Exército: o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, esses órgãos institucionalizaram a tortura.

A ditadura civil-militar durou 21 anos, durante os quais o país foi controlado pelas Forças Armadas. Os militares assumiram o governo de forma inconstitucional, com dois marechais e três generais do Exército se alternando na presidência, além de um breve período governado por uma Junta Militar, composta pelos ministros das três Forças Armadas, entre agosto e outubro de 1969.

O governo do marechal Humberto Alencar Castello Branco (1964-1967) foi imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos e apoiado por grandes empresários brasileiros e empresas multinacionais, que viam na Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), uma justificativa para o apoio.

A prática da tortura foi instaurada nos quartéis desde o início do governo de Castello Branco, que se caracterizou por medidas repressivas contra opositores políticos, incluindo membros de partidos de esquerda, sindicatos e estudantes. Castello Branco foi responsável pela decretação dos Atos Institucionais nº 2, nº 3 e nº 4.

Durante o governo do marechal Costa e Silva (1967-1969), que sucedeu a Castello Branco, a repressão política continuou e, em alguns aspectos, intensificou-se. Seu governo foi marcado pela polarização política e pelo endurecimento das medidas repressivas contra os opositores do regime militar.

O AI-5, decretado em dezembro de 1968 durante seu governo, foi o mais severo dos Atos Institucionais. A censura à imprensa foi ampliada, atingindo jornalistas e editores, muitos dos quais foram presos ou ameaçados. A tortura e outras violações dos direitos humanos contra opositores políticos tornaram-se frequentes, e muitas dessas práticas foram documentadas por organizações de direitos humanos. Assim como no governo de Castello Branco, movimentos sociais como sindicatos, estudantes e organizações de trabalhadores rurais foram reprimidos. Líderes sindicais e estudantis foram presos, exilados ou mortos.

O governo de Costa e Silva ficou conhecido pelo autoritarismo e pelas graves violações dos direitos humanos, o que contribuiu para a radicalização da resistência ao regime militar e para a intensificação da luta pela redemocratização do Brasil.

Após sofrer um acidente vascular cerebral (AVC), Costa e Silva foi substituído por uma junta militar formada pelos três ministros das Forças Armadas, que impediram a posse do vice-presidente Pedro Aleixo. A junta militar governou por 60 dias, até a eleição indireta de Emílio Garrastazu Médici, em 25 de outubro de 1969.

Durante o governo de Médici (1969-1974), a repressão política atingiu seu auge, com a criação de instituições repressivas como o DOI e o CODI, que funcionavam como centros de prisão e tortura. O governo Médici ficou conhecido como um dos períodos mais sombrios da história do Brasil.

O general Ernesto Geisel, que governou de 1974 a 1979, buscou uma abertura política controlada, embora a repressão continuasse. A censura foi flexibilizada, mas as violações dos direitos humanos e as torturas ainda eram uma realidade.

A transição para a redemocratização começou com a aprovação da Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar. A Lei da Anistia permitiu o retorno dos exilados e o fim das prisões políticas,

pavimentando o caminho para o fim do regime e para a restauração das instituições democráticas.

## **2.1. Justiça de Transição: Comissão Nacional da Verdade (CNV) e Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC)**

### **2.1.1. Justiça de Transição**

O rompimento do regime institucional legítimo com o golpe civil-militar de 1964 violou praticamente todos os direitos civis, políticos e humanos do cidadão brasileiro. Durante 21 anos, o Brasil viveu sob um regime controlado por militares, marcado pela restrição das liberdades civis e pela utilização das forças de segurança para perseguir, torturar e executar aqueles considerados suspeitos de ameaçar a ordem.

Acobertados por Atos Institucionais que concentravam o poder no Estado e distorciam as liberdades individuais, os crimes tornaram-se cada vez mais comuns e menos questionados, em razão da forte censura imposta pelo regime militar. Assim, a população brasileira presenciou cada ato de oposição ao governo militar ser brutalmente reprimido, através de ações cruéis que permaneciam impunes. Muitas das torturas, violações, espancamentos e assassinatos não foram revelados, noticiados ou reconhecidos, gerando angústia nas vítimas sobreviventes e nas famílias das vítimas que buscavam a verdade como forma de amenizar o sofrimento.

A Lei nº 6.683, conhecida como a Lei da Anistia, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após ampla mobilização nacional, foi o primeiro passo para a ruptura do regime militar e o restabelecimento da democracia, consagrada na Constituição Federal de 1988. No entanto, apesar de representar um avanço significativo, pois permitiu o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, a Lei da Anistia deixou a desejar ao também ser aplicada aos agentes estatais responsáveis por violações de direitos humanos. Ao conceder anistia incondicional, o Brasil falhou em investigar, documentar e responsabilizar os crimes cometidos durante esse período nefasto.

A Justiça de Transição no Brasil refere-se a um conjunto de medidas e políticas adotadas para lidar com os crimes e violações de direitos humanos cometidos durante o regime militar (1964-1985). Envolve a investigação, responsabilização dos responsáveis, reparação às vítimas e promoção da memória e verdade acerca dos acontecimentos desse período. Nessas

circunstâncias, o Estado de Direito está intrinsecamente ligado à política, pois sua função passa a ser possibilitar as mudanças em curso.

O marco principal da Justiça de Transição no Brasil inclui a Lei da Anistia (nº 6.683/1979), a Constituição Federal de 1988, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (Lei nº 9.140/1995), a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (MP nº 2151-3/2001) e a Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/2011), entre outras comissões criadas por governos estaduais e municipais, universidades e entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Embora o governo brasileiro tenha empreendido esforços na busca por arquivos e informações para esclarecer os eventos entre 1964 e 1985, especialmente quanto à ocultação de cadáveres e desaparecimentos políticos, o processo enfrenta resistência de vários setores da sociedade, como as Forças Armadas, parte da mídia e da comunidade empresarial, que buscam atrasar a conscientização dos cidadãos brasileiros sobre esse período.

Diversas comissões da verdade foram criadas em todo o Brasil, visando investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar e documentar seus achados em relatórios finais. A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) incentivou a formação de comissões estaduais e municipais, muitas das quais funcionaram com recursos e representantes dos respectivos órgãos. Entidades setoriais, como a OAB e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outras, também instituíram comissões para apoiar essas investigações.

### **2.1.2. Comissão Nacional da Verdade (CNV)**

Após quase 30 anos do fim da ditadura militar e em resposta a uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso da Guerrilha do Araguaia<sup>4</sup>, o governo brasileiro finalmente estabeleceu a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2011, durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Seu objetivo era investigar violações de direitos humanos, como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, ocorridos entre 1946 e 1988. A CNV buscava promover a reconciliação nacional, revelar a verdade sobre os abusos do regime militar e recomendar medidas para prevenir a repetição dessas violações no futuro.

A CNV destacou em seu relatório modalidades de graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar, como prisões arbitrárias, tortura, execuções sumárias e desaparecimentos forçados, considerando as ocultações de cadáveres, conforme o caso (BRASIL, 2014, vol. 1, p. 280). O regime militar foi responsável por 434 mortes e desaparecimentos forçados, e estima-se que cerca de 20 mil brasileiros tenham sido submetidos à tortura durante a ditadura (BRASIL, 2014, vol. 1, p. 350).

### **2.1.3. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC)**

As comissões da verdade são geralmente constituídas como órgãos oficiais e temporários que investigam graves violações dos direitos humanos após o fim de regimes ditatoriais. Essas comissões têm como objetivos a busca pela verdade, o esclarecimento dos fatos e a responsabilização dos envolvidos, realizados por meio de processos investigativos. Espalhadas pelo país, as comissões localizaram acervos que ainda não haviam sido

---

<sup>4</sup> A guerrilha do Araguaia foi um movimento armado desenvolvido pelo Partido Comunista do Brasil, PCdoB, na região da divisa entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins). O movimento começou a ser organizado nos anos de 1966 e 1967, com a chegada dos primeiros militantes do PCdoB à região do sudeste do Pará e proximidades, com o objetivo de realizar projeto de “guerra popular prolongada”, inspirado na Revolução Chinesa. Os combates no Araguaia começariam em abril de 1972, seis anos depois da chegada dos primeiros militantes do PC do B, quando o Exército iniciou o ataque aos destacamentos guerrilheiros. As Forças Armadas realizaram três campanhas militares e operações de inteligência na região, mobilizando cerca de 10 mil homens. No ano de 1972, foram feitos prisioneiros, mas, depois disso, a ordem do comando militar era “eliminar” todos os envolvidos. Há registros de que guerrilheiros e camponeses presos foram levados com vida para base do Centro de Informações do Exército (CIE), em Marabá, conhecida como “Casa Azul”, para a base de Xambioá e outros campos de concentração de prisioneiros. O saldo das operações militares de repressão na região do Araguaia foi de cerca de 70 pessoas desaparecidas entre militantes do PC do B e moradores da região. (CNV, 2014)

identificados e recolhidos aos arquivos públicos, apesar de sua relevância para a investigação, compreensão e identificação dos responsáveis por violações de direitos humanos. O processo investigativo contribui para a reconstrução do contexto social e histórico.

Algumas comissões da verdade estabeleceram parcerias com universidades, especialmente com os cursos de História, para pesquisa documental, e com Arquivologia, para a conservação e manutenção dos materiais recolhidos. O marco para a criação da Comissão Nacional da Verdade, o PNDH-3, também foi responsável pela criação das comissões estaduais, incluindo a pernambucana Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), criada em junho de 2012 pela Lei Estadual nº 14.688. A CEMVDHC tinha a finalidade de:

[...]examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no território do Estado de Pernambuco, ou contra pernambucanos ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito. (CEMVDHC, 2017, p. 21)

O principal método utilizado para identificar os locais onde ocorreram práticas sistemáticas de violações de direitos humanos em Pernambuco foi a coleta de depoimentos durante os trabalhos da comissão, além da troca de informações e realização de ações conjuntas com as seguintes comissões: Comissão Nacional da Verdade; Comissão da Verdade de Minas Gerais; Comissão Estadual da Verdade do Pará; Comissão da Verdade do Rio de Janeiro; Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda – Alagoas; Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright de Santa Catarina; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva; e Comissão da Memória e Verdade dos Correios Mércia Albuquerque Ferreira.

A comissão estadual pernambucana contou com uma vasta documentação fornecida por familiares, ex-militantes políticos e pela Igreja Católica, visando ao esclarecimento de diversos fatos. O relatório final da comissão é composto por dois volumes, distribuídos em 15 capítulos, com a intenção de garantir uma suposta neutralidade que legitimaria o trabalho da comissão. O primeiro volume apresenta a trajetória de criação da CEMVDHC, suas principais atividades e metodologia de trabalho, além da divulgação de uma lista com nomes de 49 pernambucanos mortos, desaparecidos ou vítimas de graves violações dos direitos humanos durante o estado de exceção. O segundo volume foca na compreensão das estruturas e mecanismos das violações de direitos humanos, além das recomendações indicadas pela comissão pernambucana.

A documentação produzida pela CEMVDHC durante seu trabalho investigativo está disponível em bases de dados digitais, e uma cópia do acervo reunido está integrada ao projeto do Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando de Vasconcelos Coelho, localizado no casarão do Sítio da Trindade, no bairro de Casa Amarela, zona norte da cidade do Recife.

As comissões da verdade, tanto a Comissão Nacional da Verdade (CNV) quanto a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), desempenharam um papel fundamental na identificação dos locais utilizados pelos órgãos de repressão para práticas de tortura. A coleta de depoimentos de sobreviventes e testemunhas realizada por essas comissões foi crucial para a precisão na localização desses espaços. Esses relatos possibilitaram uma compreensão mais detalhada das dinâmicas repressivas que ocorreram na cidade do Recife, fornecendo uma base empírica sólida para o estudo dos mecanismos de opressão utilizados no período.

A importância dessas comissões para a presente pesquisa reside no fato de que, por meio de seu trabalho, foi possível identificar com maior clareza os locais onde ocorreram graves violações dos direitos humanos. Os testemunhos colhidos permitiram não apenas mapear esses espaços, mas também destacar a relevância da preservação dessas memórias para o entendimento histórico e para a conscientização das gerações futuras sobre a importância da defesa dos direitos humanos. O produto final apresentará esses locais por meio de um mapeamento cartográfico, oferecendo uma visualização didática e esclarecedora das práticas repressivas. Esse recurso visa não apenas à preservação da memória histórica, mas também à conscientização sobre os impactos do autoritarismo e das violações dos direitos humanos.

## **2.2. As Manifestações Estudantis em Pernambuco (1964-1968)**

Na década de 60, muitos países foram surpreendidos por uma onda de movimentos estudantis que se opunham ao autoritarismo nas sociedades industriais. O mundo estava dividido em dois blocos antagônicos, representados pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em uma rivalidade que parecia estar à beira de uma explosão iminente. O clima era de intenso engajamento em uma das frentes ideológicas. Alguns universitários se voltaram para o socialismo, mas não aquele que já estava em vigor no mundo, o qual frequentemente transformava sonhos de autonomia em ditaduras. Esses jovens almejavam viver em uma sociedade sem injustiças, com liberdade para suas escolhas de vida.

As manifestações estudantis nos países do Terceiro Mundo estavam baseadas na luta contra o imperialismo e nas vitórias da Revolução Cubana e do povo vietnamita sobre os Estados Unidos. Os jovens latino-americanos de esquerda acreditavam que podiam erradicar o imperialismo de seus países e estabelecer regimes socialistas. No entanto, esse projeto deu origem a muitos golpes na América Latina. Consequentemente, os estudantes esquerdistas mudaram seu foco para a derrubada das ditaduras militares apoiadas pelos norte-americanos.

O Brasil não ficou imune à polarização nem aos conflitos que se espalhavam pela América Latina. No cenário político nacional, duas tendências se confrontavam em relação ao imperialismo dos Estados Unidos: o presidente João Goulart, representante do reformismo nacional, propunha reformas para permitir o desenvolvimento do capitalismo de forma independente do capital multinacional; e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, embora fosse um partido comunista, apoiava as propostas do governo de Jango, buscando lançar a primeira etapa da revolução anti-imperialista e, posteriormente, implantar o socialismo no país.

As reformas propostas por João Goulart, conhecidas como Reformas de Base, não encerravam um caráter revolucionário nem socialista. Enquadravam-se nos limites do regime burguês, mas num sentido progressista avançado. Pretendiam levar o Brasil a ser um país de capitalismo desenvolvido e independente. (Gorender, 1999, p. 56)

Contra essas duas tendências, os representantes das empresas de capital multinacional lutavam para desacreditá-las, o que acabou facilitando a integração dessas correntes sem grandes obstáculos. Nesse embate, os partidários do nacional-reformismo e do socialismo eram frequentemente retratados como aliados do comunismo.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, foi eleito em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST), com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de setores do Partido Social Democrático (PSD). Arraes derrotou o candidato João Cleofas, representante da União Democrática Nacional (UDN) e das oligarquias canavieiras pernambucanas.

Miguel Arraes era visto pelos conservadores como um perigoso comunista, pois procurava implementar as leis trabalhistas, instituir o pagamento do salário mínimo aos camponeses e promover a participação popular em seu governo. Durante seu mandato, diversas greves no campo foram deflagradas.

O radicalismo do movimento camponês manifestou-se por meio de incêndios nos canaviais e do slogan "Reforma agrária pela lei ou pela força", com o qual o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, buscava mobilizar os trabalhadores rurais. A direita, alarmada,

organizou uma campanha contra o governador Arraes, propagando a imagem de que Pernambuco estava sem administração e à beira de uma subversão iminente.

Antes do golpe civil-militar, a imprensa descrevia Pernambuco como um estado à beira de um conflito civil. A oligarquia e os representantes políticos se armaram e incentivaram a população a fazer o mesmo, alegando a necessidade de proteger suas vidas e evitar a suposta instalação do comunismo no país. Os jornais veiculavam uma imagem de insegurança e incerteza diante do que estava por vir, alimentando uma violenta e premeditada guerra psicológica através das informações transmitidas pelos meios de comunicação da época.

Por outro lado, os adeptos do nacional-reformismo estavam entusiasmados com o governo de Miguel Arraes, acreditando que Pernambuco estava prestes a iniciar uma revolução que serviria de exemplo para o restante do país na solução dos problemas estruturais.

Mesmo em um contexto de estado de exceção, censura, violência, controle e repressão, os estudantes desempenharam papéis importantes na política e na sociedade, resistindo e lutando por melhores condições de ensino e pela democracia em Pernambuco.

Logo após o golpe, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, foi preso, cassado e exilado, deixando o governo sob o comando de seu vice, Paulo Guerra. O prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, também foi cassado e substituído por Augusto Lucena. A intervenção militar no estado consolidou-se sem grande resistência organizada, resultando em apenas duas mortes em combate, registradas no centro do Recife.

O episódio a seguir, baseado em reportagens da época, ocorreu no 1º de abril de 1964. Uma passeata de universitários e secundaristas, organizada pelos Diretórios da Escola de Engenharia e da Central dos Estudantes (DCE), ambos com orientação comunista, dirigiu-se ao Palácio do Governo. O protesto, que contou com a participação de populares, foi realizado na Avenida Dantas Barreto, onde os manifestantes confrontaram a tropa militar posicionada em frente ao Edifício JK. Os soldados dispararam tiros para o alto, com o intuito de dispersar os manifestantes, que reagiram arremessando pedras e laranjas, ação prontamente respondida com disparos. Ao final da confusão, foram registradas duas mortes: José de Albuquerque Barros, de 17 anos, e Ivan da Rocha Aguiar, de 23 anos, além de um ferido, Ubirajara Nunes da Silva, de 19 anos (Edição nº 00075 do *Diário de Pernambuco*, 2 de abril de 1964. Primeiro Caderno, p.7).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> HEMOROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 2 abr. 1964, ed 00075, p. 7. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_14/28462](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/28462)>. Acesso em: 15 set. 2024.

O *Diário de Pernambuco*, que apoiava os militares, divulgou a manifestação de 1º de abril de 1964 como uma atividade de comunistas em resistência à intervenção militar, justificando assim as mortes dos estudantes. A notícia publicada no dia 2 de abril de 1964 não foi a primeira de uma série em que os estudantes apareceram como opositores ao golpe. Pelo contrário, nas semanas seguintes, as reportagens passaram a mostrar várias manifestações de apoio ao regime militar, inclusive por setores da direita organizados nas universidades.

O movimento estudantil em Pernambuco apresentava características imprecisas, reunindo militantes tanto da direita quanto da esquerda. Esse movimento começou a tomar forma à medida que o governo reagia às suas reivindicações, e o discurso das lideranças de esquerda ganhou força e apoio entre os estudantes.

As universidades, por sua vez, não estavam preparadas para o aumento do número de alunos, o que gerou muitos protestos devido à falta de estrutura física e organizacional. As famílias de classe média, que viam a educação como um caminho para a ascensão social, começavam a ver seus filhos ganhar voz na cultura e na política. Nesse contexto, o universitário tornava-se um veículo de expressão nacional. Naquela época, obter um diploma de ensino superior ainda era um privilégio de poucos no país.

Diante dos problemas institucionais, os estudantes começaram a se organizar e a relacionar as dificuldades das universidades com a estrutura do país. Com discursos cada vez mais radicalizados, os estudantes atraíram a simpatia dos partidos de esquerda. No entanto, a esquerda via os estudantes como membros de uma classe de origem que, embora desejasse uma revolução, ainda se encontrava em uma posição ambígua — ora alinhados com interesses burgueses, ora buscando se redimir com os trabalhadores na construção do socialismo.

Mesmo com essas reticências, foi precisamente desse grupo que surgiu mais da metade das organizações de esquerda durante o período militar (Ridenti, 1993, p. 121). Para corrigir o "desvio pequeno-burguês", algumas organizações adotaram a política do "suicídio de classe", na qual seus militantes se "purificariam" ao abandonarem sua classe de origem para se tornarem verdadeiros revolucionários (Reis Filho, 1990, p. 146).

A Ação Popular (AP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram as principais tendências do movimento estudantil em Pernambuco entre 1964 e 1968, influenciando significativamente o cenário político do estado no período que antecedeu o golpe.

Marcelo Santa Cruz, participante ativo do Movimento Estudantil em Pernambuco, relatou em depoimento a Oserias Gouveia, no livro *Os (des) caminhos da utopia*:

[...] embora a partir de 1966 muitos estudantes pecebistas pernambucanos tenham migrado para a AP, PC do B e PCBR, a influência do partido continuou expressiva no meio universitário. Tanto é que organizou-se, no Recife, em 1967, uma frente que representaria os interesses do partido no XXIX Congresso da UNE.<sup>6</sup>

A Frente Única Progressista (FUP) denunciou a União Nacional dos Estudantes (UNE), durante a convenção realizada em agosto de 1967, como um monopólio das forças políticas, que não representava adequadamente os interesses estudantis. A FUP defendia que as diretrizes da UNE deveriam ser baseadas nas reivindicações específicas dos universitários, para que a organização pudesse travar uma luta mais concreta e direcionada.

A Ação Popular (AP) acreditava que o movimento estudantil poderia ser a base propulsora da revolução brasileira. Por isso, a AP orientava suas diretrizes para a organização de manifestações que denunciasses os abusos, a repressão, as violações de direitos humanos pelos militares e o imperialismo estadunidense. Para o partido, era necessário realizar diversas manifestações para despertar a população para o confronto inevitável com os opressores. Esse direcionamento da AP conquistou a simpatia da esquerda estudantil.

Outros grupos, como as Dissidências (DIs) e a Organização Revolucionária Marxista Política (POLOP), que compartilhavam a influência da UNE com a AP, também viam o movimento estudantil como uma força motriz da revolução. Eles insistiam que as ações estudantis deveriam ser baseadas nas reivindicações específicas dos alunos. Envolvendo-se nas lutas, os universitários passaram a ver a revolução como uma necessidade para mudar as estruturas do país.

O XXIX Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado clandestinamente na cidade de Valinhos, em São Paulo, reverenciou a linha de atuação defendida pela Ação Popular. A UNE, em sua Carta Política, dedicou-se a uma análise detalhada da situação internacional e nacional, estabelecendo programas aprovados no congresso. A carta refletia uma crescente preocupação em definir o papel do movimento estudantil e suas relações com a luta geral. No discurso estudantil expresso na carta, afirmava-se:

A tarefa fundamental do Movimento Estudantil é a luta política, que consiste numa preparação para aliar-se às classes que, historicamente, terão um papel importante no processo de transformação social. A luta do Movimento Estudantil é a denúncia da ditadura do imperialismo, sendo, além disso, uma luta concreta e prática contra a intervenção ditatorial e imperialista nas Universidades. (...) A UNE (...) promoverá seminários sobre o acordo MEC-USAID, sobre lutas de libertação nacional, sobre a

---

<sup>6</sup> SILVA, Simone Tenório Rocha. **Em Busca da Utopia:** As manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. 202f. Tese (Pós Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2002. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1/arquivo7613\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1/arquivo7613_1.pdf). Acesso em: 15 set. 2024.

internacionalização da Amazônia e sobre a aliança Operária – Camponesa – Estudantil (Poerner, 1968, p.307).

As manifestações estudantis do período foram, sem dúvida, influenciadas pelos partidos políticos da época. No entanto, é crucial destacar que esses partidos não manipularam o Movimento Estudantil de maneira simplista ou totalitária, conforme Daniel Aarão Reis:

Apesar das pretensões destes partidos (de esquerda) de serem a vanguarda, de regerem e instrumentalizarem os movimentos sociais, não era incomum serem arrastados pela dinâmica do ME. Entre estudantes e revolucionários, entre movimentos e partidos, existia uma simbiose e autonomia. Muitos analistas, e inclusive, participantes da época, perderiam a capacidade de distinguir as nuances entre o movimento social e os partidos revolucionários, num jogo sutil em que nem sempre os candidatos a mentores – os partidos – conseguiram impor seus pontos de vista ‘iluminados’ às massas – o movimento social (Reis Filho, 1990, p.34).

O autor Daniel Aarão Reis destaca a posição dos universitários como protagonistas nas manifestações contra o regime militar, enquanto os partidos e intelectuais desempenhavam um papel secundário, frequentemente aspirando a serem vistos como mentores do movimento. Em sua análise, Reis Filho (1990) sugere que o movimento estudantil teve uma natureza sindicalista, fortalecendo-se por meio de um extenso programa de reivindicações específicas discutidas e elaboradas nas bases. Essas propostas emergiram ou foram ajustadas em inúmeras assembleias realizadas em cada turma, faculdade e universidade, e foram, posteriormente, consolidadas pelos órgãos de representação estudantil. Essa forte conexão entre as entidades representativas e os estudantes conferiu ao movimento estudantil a força necessária para desafiar o Regime Militar.

A concentração das demandas estudantis e o fato de o movimento ser predominantemente urbano, com presença nos meios de comunicação, facilitaram a mobilidade e a participação popular nas manifestações, permitindo que o movimento estudantil se posicionasse como a principal força de oposição ao regime instaurado em 1964.

Os secundaristas do Recife também se destacaram nas manifestações estudantis. Em setembro de 1967, um grupo de estudantes do ensino médio mobilizou-se contra o diretor do Colégio Estadual de Pernambuco. O diretor havia proibido a formação do grêmio estudantil e a circulação dos jornais *Vanguarda* e *Opinião*, que eram produzidos pelos alunos. A decisão foi amplamente percebida como uma retaliação às críticas que os jornais haviam publicado, abordando questões como o acordo MEC-USAID, a desorganização da escola, a falta de higiene nos sanitários, o aumento das taxas de matrícula e as deficiências no ensino.

Os estudantes argumentaram que o diretor estava descontente com as denúncias, o que levou à sua decisão de suspender os 22 alunos responsáveis pelos jornais. Apesar da suspensão e da proibição, os alunos organizaram uma assembleia no colégio para denunciar a arbitrariedade do diretor. Esse episódio foi amplamente divulgado pelo *Diário de Pernambuco*. Na reportagem, os alunos expuseram as razões do seu protesto e as possíveis consequências que poderiam enfrentar por expor a verdade. A cobertura da imprensa destacou a tensão crescente e a resistência estudantil, refletindo o ambiente político e social da época:

Por isso protestamos, por isso somos acusados de ‘subversivos’, por isso os auxiliares de disciplina anotarão nossos nomes se distribuirmos jornais denunciando tais coisas. Deixamos aos colegas a conclusão: Somos nós subversivos por sentirmos o mau cheiro doentio dos imundos sanitários do CEP? Porque não poderemos pagar, em 1970, a taxa de matrícula de NCr\$ 500,00? Por querermos que o nível de ensino seja elevado e que os professores recebam em dia seus ordenados, para que possam nos dar aulas?

Provavelmente haverá denúncias e talvez prisões, ‘para se averiguar a responsabilidade dos componentes dos dois jornais’, porém nós, que estamos assinando esta nota como responsáveis por Opinião e Vanguarda, não possuímos o medo que a direção do CEP espera de nós: o medo e a aceitação de sua portaria, por mais caluniosa que fosse.<sup>7</sup>

Vinte diretórios acadêmicos universitários manifestaram apoio à nota publicada na imprensa, evidenciando a solidariedade e o envolvimento de diversos segmentos do movimento estudantil nas causas defendidas pelos secundaristas e universitários.

O grau de comprometimento dos estudantes com as manifestações pode ser observado nas prisões ocorridas durante o período. Em setembro de 1968, por exemplo, a invasão da sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Pernambuco pela polícia resultou na prisão de duas alunas do Colégio Estadual de Pernambuco. Embora menores de idade, elas foram interrogadas pela polícia. Além disso, outros estudantes, como Fernando Santa Cruz e Ranieri Maranhão do Vale, foram detidos enquanto participavam de um comício organizado por universitários na Assembleia Legislativa de Pernambuco em 19 de maio de 1967.<sup>8</sup>

É importante destacar que o envolvimento de secundaristas e universitários nas reivindicações não pode ser atribuído exclusivamente ao trabalho subversivo de organizações radicais de esquerda, como frequentemente alegavam as autoridades. As propostas e ações

---

<sup>7</sup> HEMOROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 set. 1967. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_14/52820](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/52820)>. Acesso em: 15 set. 2024.

<sup>8</sup> HEMOROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, ed 0116, Primeiro Caderno, p. 3, 20 mai. 1967. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_14/50263](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/50263)>. Acesso em: 15 set. 2024.

emergiram do próprio movimento estudantil, que se organizava por meio de reuniões e assembleias. A intensa mobilização durante esse período reflete um forte engajamento dos estudantes na luta por um país mais justo e democrático.

Em 1965, o movimento estudantil em Pernambuco ainda apresentava divisões significativas quanto à postura em relação ao governo militar. Com visões divergentes sobre a situação nacional, militantes de direita e esquerda se enfrentaram na tentativa de angariar apoio para seus respectivos pontos de vista. A percepção conservadora do momento é ilustrada na matéria publicada em 31 de março de 1965, que marcou o aniversário de um ano do golpe civil-militar:

Comemora-se hoje um ano que o Brasil marcou nova data de independência. Estava a nossa Pátria sacudida, de norte a sul, por sua onda de agitação. Um clima de insegurança reinava em todos os lares e em todos os recantos deste enorme país. Estivemos à beira do abismo, ao risco de vermos banhado, com o sangue de nossos irmãos, o solo sagrado que recebemos de nossos pais. (...) Foram os nossos irmãos brasileiros, que não estavam dormindo e, vendo chegar o momento decisivo para a batalha, a deflagraram. Uma batalha bonita, sem sangue e sem lágrimas, sem ódio e sem rancores. (...) Foram os heróis que nos restituíram a segurança. Era tarde demais para se assegurarem os direitos democráticos. Só mesmo a força poderia conter nossos inimigos, que a essa altura já nos feriam com o último insulto. Nós que fazemos hoje a classe estudantil de Pernambuco, não poderíamos deixar passar despercebido esta data significativa. Representamos a elite desta nação, reconhecemos nossos direitos como também reconhecemos os benefícios públicos e notórios deste acontecimento hoje decantado. A revolução, entre outros aspectos de sua positividade, derrubou um governo corrupto e desmoralizado, sem condições de respeito nem de realizações. (...) Mas existem os descontentes, os anti-revolucionários, aqueles que querem negar ou deixar de reconhecer a nossa vitória. São esses comunistas, os subversivos, aqueles que tinham a ânsia do poder, para a imposição de suas ideologias. (...) Existe uma classe que também é incontente (sic). São os menos favorecidos, é a classe podre, nossos irmãos, que assim o fazem por desconhecem, talvez, que os seus direitos estão assegurados, que a sua segurança está intocável, que o seu progresso será evidenciado. (...) São, portanto, essas considerações que nós, estudantes do presente, dirigentes do futuro, queremos prestar à causa da revolução. Confiamos plenamente nos empreendimentos dos nossos dirigentes. Cremos na democracia. Faremos tudo pelo Brasil." José Albuquerque Cavalcanti – Presidente em exercício do DEE; Djair Barros Lima – Presidente do DCE da Universidade do Recife; Luis Rodrigues – Presidente do DCE da Universidade Católica.<sup>9</sup>

O discurso dos estudantes de oposição, que criticavam o regime militar, enfrentava uma barreira significativa devido ao alinhamento da imprensa com o novo governo. A cobertura jornalística era fortemente favorável aos militares, e os jornais de grande circulação frequentemente ignoravam ou minimizavam as reivindicações dos estudantes de esquerda. Esse alinhamento da mídia contribuiu para a dificuldade dos estudantes em disseminar suas perspectivas e preocupações sobre o regime.

---

<sup>9</sup> HEMOROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, ed 073, Segundo Caderno, p. 6, 31 mar. 1965. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_14/35190](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/35190)>. Acesso em: 15 set. 2024.

Enquanto os conservadores celebravam a Revolução de 1964 como uma restauração da democracia, alegando ter evitado derramamento de sangue, os estudantes de esquerda expunham a realidade opressiva do regime militar. Eles destacavam a natureza violenta do golpe que derrubou o governo democraticamente eleito e o caráter autoritário do novo regime. As opiniões sobre a situação política eram, portanto, profundamente contraditórias e irreconciliáveis, refletindo uma clara divisão ideológica.

Esse processo de polarização e luta pelo convencimento de seus pares continuou ao longo de 1965 e 1966. A partir de 1967, no entanto, o discurso na imprensa começou a mudar. Com o aumento das ações opressivas do Estado de exceção, a narrativa predominante passou a refletir mais as denúncias das lideranças antagônicas, incluindo as dos estudantes de esquerda.

Em agosto de 1965, nas eleições para os diretórios acadêmicos, a esquerda obteve vitória significativa em várias universidades. Os estudantes de esquerda elegeram José Walter Lubarino para o Diretório Acadêmico de Direito, Aécio Matos para o de Engenharia e Edson Correa para o de Agronomia. A vitória no Diretório Acadêmico de Direito gerou uma forte reação entre os estudantes de direita, que estavam bem representados nesta faculdade. Eles acusaram que a eleição havia sido fraudulenta e distribuíram uma nota em setembro denunciando que a atuação do diretório era orientada por uma agenda esquerdista, promovendo eventos destinados a agitar e criar discórdia entre os estudantes.

Este contexto revela a crescente tensão entre as facções estudantis e a influência crescente da esquerda, que conquistava espaço político mesmo diante da repressão e da censura imposta pelo regime militar.

[...] realização de uma exposição de pintura, com quadros de autoria de artistas comunistas, em sua maioria, na qual foram incluídos alguns pornográficos e outros altamente irreverentes e subversivos. [...] Programam, ainda, os agitadores do DA, atividades diversas como os chamados 'Festivais de Bossa Nova', de cunho caracteristicamente comunista e representações de peças que lembram o malfadado 'tempo de Arraes'. [...] O diretor da Faculdade de Direito e seus professores, com a autoridade moral que lhes confere o cargo, ainda mais reforçada pela Revolução de 31 de março, não permitirão, certamente, que um diretório a serviço do Partido Comunista, obedecendo à orientação, embora velada, do conhecido agitador Jarbas de Holanda, continue a agitar falando em nome dos estudantes de Direito, uma vez que ele foi eleito irregularmente e por uma minoria de pouco mais de 1/3 dos acadêmicos. [...] Os estudantes democratas confiam na atitude decidida dos professores, que lhes ensinam diariamente a fazer justiça e esperam tranquilos a decisão justa e legal do Conselho Técnico, anulando a eleição injusta, ilegal e irregular do diretório esquerdista.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> HEMOROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, ed 0209, p.5, 15 set. 1965. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_14/38377](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/38377)>. Acesso em: 15 set.2024.

José Walter Lubarino, presidente do Diretório Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, respondeu de forma enérgica às acusações de fraude na eleição para o DA, publicadas por seus opositores. Em sua réplica, Lubarino esclareceu que a impugnação da eleição havia sido julgada improcedente. Ele expressou perplexidade sobre como eventos culturais, como festivais de música e exposições de pintura, poderiam ser considerados subversivos. Lubarino acusou seus opositores de não terem coragem de assinar a nota e de tentarem vencer eleições "na marra", desconsiderando o processo democrático. Ele também destacou o apoio de seus colegas de curso, que se manifestaram solidários à sua gestão e à legitimidade da eleição.

A partir de 1966, a relação da imprensa com o regime militar começou a mudar. A insatisfação com os privilégios que a Rede Globo recebia do governo influenciou a cobertura jornalística, e a mídia passou a exibir reportagens que criticavam o regime. A imagem dos estudantes como vítimas da repressão militar ganhou destaque, apoiada pela crescente crítica da mídia ao governo.

Em setembro de 1966, a luta estudantil contra a ditadura se intensificou, culminando no "Dia Nacional de Luta contra a Ditadura", declarado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) para o dia 22 de setembro. A data foi marcada por passeatas em vários estados brasileiros, enfrentando a repressão brutal das forças militares. O evento ficou conhecido como "Setembrada" e foi marcado por violências como o "Massacre da Praia Vermelha", onde estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foram presos, espancados e enviados para prisões.

No mesmo dia, em Pernambuco, a cobertura da imprensa local refletiu a tensão política. O Diário de Pernambuco destacou em manchete: "GOVERNO DIZ QUE MOVIMENTO ESTUDANTIL É AÇÃO SUBVERSIVA DIRIGIDA DO EXTERIOR", em resposta ao discurso realizado em Brasília pelo deputado Raimundo Padilha. Essa cobertura enfatizava a narrativa oficial que associava o movimento estudantil a ações subversivas e influências externas, enquanto os estudantes lutavam contra a opressão e pela restauração da democracia.

O movimento estudantil, deflagrado simultaneamente em vários Estados, faz pare de uma campanha subversiva orientada e dirigida por organismos internacionais, interessados em conturbar a ordem pública, em toda a América Latina, com a finalidade de permitir a infiltração comunista no continente. Disse ainda possuir farta documentação que comprova as ligações da UNE com entidades estrangeiras.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> HEMOROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, ed 0217, 22 set. 1966, Primeiro Caderno, p. 1. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_14/45464](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_14/45464)>. Acesso em: 15 set.2024.

Em setembro de 1966, o movimento estudantil em Recife, alinhado com as reivindicações nacionais, realizou uma passeata marcante no dia 23. A principal pauta do protesto era a Reforma Universitária e a oposição aos acordos MEC-USAID, além da Lei nº 4464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda. O evento, que inicialmente estava previsto para ocorrer às 17 horas em frente à Faculdade de Direito da UFPE, foi dificultado pelo intenso policiamento. Como resultado, os manifestantes se dividiram em dois grupos: um partindo da Av. Guararapes e outro da Rua Nova, com o objetivo de se encontrarem e debaterem na Praça da Independência.

Quando a polícia avançou em direção aos manifestantes, estes buscaram refúgio na Matriz de Santo Antônio. Apesar dos protestos do monsenhor Severino Nogueira, os estudantes improvisaram uma assembleia na nave central da igreja. A situação se agravou quando o secretário de Segurança Pública, tenente-coronel Gabriel Aguiar, ordenou a evacuação da igreja. Os policiais usaram cassetetes de madeira para desalojar os estudantes, resultando em violência física. Durante a confusão, o aluno José Maria de Carvalho sofreu traumatismo craniano ao tentar fugir pela janela do primeiro andar.

Essa ação policial brutal exemplifica o aumento da repressão durante o regime militar. O primeiro semestre de 1967 foi caracterizado por intensos protestos estudantis em Recife, focados na matrícula de excedentes nas universidades. As mobilizações incluíram passeatas, acampamentos na reitoria e greves, o que levou a uma reavaliação das provas e permitiu a matrícula de mais de 1.800 alunos. Contudo, essa matrícula estava condicionada à realização de novas provas, o que gerou uma nova onda de protestos.

Os estudantes procuraram o apoio de deputados estaduais, como Vital Novaes, que apresentou um requerimento à Assembleia Legislativa solicitando o cancelamento das provas. Uma comissão composta pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), José Oto de Oliveira, e pelos deputados Vital Novaes e Marco Maciel, entregou o requerimento ao reitor da UFPE, que prometeu encaminhá-lo ao Conselho Universitário. Apesar dos esforços e do apoio dos deputados, as provas foram realizadas.

Além dos problemas com a matrícula, os estudantes também enfrentavam condições precárias nos restaurantes universitários, que tinham alimentação insuficiente, instalações inadequadas e falta de utensílios. Em uma assembleia realizada em 9 de maio de 1967, os estudantes decidiram realizar uma grande concentração em praça pública para protestar contra o descaso do governo com a educação.

O confronto mais violento entre estudantes e polícia ocorreu no dia 20 de maio de 1967, conforme relatado pelo Diário de Pernambuco e pelo Jornal do Commercio. Inicialmente marcado para a Praça da Independência, o protesto foi transferido para a Assembleia Legislativa devido ao forte policiamento. O prédio foi cercado por soldados, e uma negociação com o general Antônio Adeodato Montalvene permitiu a saída dos estudantes, que saíram acompanhados por deputados.

No entanto, quando os estudantes tentaram seguir pela Rua da Aurora, enfrentaram um segundo confronto com a polícia na altura da Rua da União. Vários estudantes foram presos, e a versão da polícia alegou que apenas táticas para dissolver motins foram usadas, enquanto os estudantes relataram espancamentos. Na própria matéria do Diário de Pernambuco, uma nota de repúdio à ação do governo foi publicada, refletindo a crescente tensão entre o movimento estudantil e o regime militar.

Os Presidentes dos diversos Diretórios Acadêmicos de nossas faculdades vêm de público denunciar as atrocidades praticadas pela polícia estadual, por ocasião da realização do comício, na tarde de ontem, na Assembléia Legislativa, antes programada para a Praça da Independência, mas impedido pelo cerco policial formado, quando foram praticadas numerosas prisões e os mais violentos espaçamentos dos nossos colegas. Quando a unanimidade de nossos colegas ai a praça pública no intuito de manter o diálogo com o povo e denunciar os acordos alienígenas realizados pelo Governo Federal com organizações estrangeiras, como o Acordo MEC-USAID, que visa entregar as nossas universidades para grupos monopolistas norte-americanos e criar uma mentalidade entreguista de nossos alunos, a Polícia impede este contato com o público. Nossa luta também se estende contra as transgressões feitas pela Reitoria ao Regimento Geral das Universidades, quando pretende submeter 1.300 primeiranistas matriculados ao massacre de um segundo vestibular. Vimos protestar, finalmente contra a prisão dos nossos colegas, baseados na palavra dada pelo presidente da Mesa da Assembleia Legislativa, quando garantiu a segurança de nossos colegas no término do comício.<sup>12</sup>

A imagem de estudantes subversivos que o governo buscava transmitir já não se sustentava. Conforme Ridenti (1993), a desarticulação do movimento estudantil foi inevitável. Diante das dificuldades enfrentadas, o apoio solicitado pelos estudantes não foi concedido. Muitos daqueles que pretendiam continuar na oposição ao regime militar passaram a integrar as organizações de esquerda, atraídos pela sedução da luta armada.

O movimento estudantil da década de 1960 revelou-se enigmático ao longo deste estudo, e a bibliografia consultada é unânime em referir-se a ele como predominantemente de esquerda. No entanto, durante a pesquisa, identificou-se a existência de uma direita estudantil organizada

---

<sup>12</sup> HEMOROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 mai. 1967, ed. 00116, p.3. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&pagfis=50263](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=50263)>. Acesso em: 15 set.2024.

que conseguiu assumir rapidamente a liderança de entidades estudantis após o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Após esclarecer a confusão inicial, propôs-se a elucidar os fatores que levaram à construção da representação de que ser estudante era sinônimo de oposição ao regime militar.

### **2.3. Órgãos de Repressão em Pernambuco**

A partir de 1969, o regime começou a praticar desaparecimentos forçados, frequentemente com o intuito de encobrir homicídios de prisioneiros políticos. Esses desaparecimentos geraram incertezas entre os opositores do regime, deixando dúvidas sobre o destino dos detidos. Em seguida, a partir de 1970, houve a instalação de centros clandestinos, onde corpos de opositores mortos eram eliminados. Nesses centros, os agentes do Estado removiam digitais e arcadas dentárias dos corpos, que muitas vezes eram esquartejados e queimados em fogueiras de pneus, numa tentativa de apagar quaisquer vestígios das atrocidades cometidas (Schwarcz e Starling, 2018, p. 461).

Além disso, desde 1964, a tortura foi utilizada de forma sistemática como método oficial de interrogatório. Essa prática, transformada em uma técnica institucionalizada, era empregada para extrair confissões e informações dos presos políticos, evidenciando a brutalidade e a amplitude do controle repressivo exercido pelo regime militar. Essas ações não só demonstram o desrespeito pelos direitos humanos, como também revelam a estratégia do Estado para disseminar o medo e suprimir a resistência política.

O uso dessas práticas de repressão extrema representa um dos capítulos mais cruéis e desumanos da ditadura militar, marcando profundamente a memória histórica do Brasil e contribuindo para a contínua busca por justiça e reparação para as vítimas e suas famílias.

O combate àqueles que se opunham ao estado de exceção foi bem estruturado por meio de uma rede de informações que alimentava os órgãos de repressão dos estados federativos e municípios brasileiros com dados sobre os opositores do regime militar ou supostos subversivos. O centro de informações era o Serviço Nacional de Informações (SNI), um órgão de coleta de dados e inteligência que funcionava como um organismo de formulação de diretrizes para a elaboração de estratégias no âmbito da presidência da República, além de ser o eixo principal de uma rede de informações atuando dentro da sociedade e em todos os níveis da administração pública.

O modo de agir dos aparatos repressivos incluía, do ponto de vista da atuação e em primeira instância, a "vigilância como modo de controle social", com o intuito de observar a sociedade, coletar o máximo de informações possíveis e promover, subsequente à vigilância, o cerceamento da liberdade (prisões), a tortura, o desaparecimento de pessoas, o assassinato e a demonização do inimigo como mecanismos de afirmação e manutenção do poder autoritário.

Entre 1964 e 1970, o Sistema Nacional de Informações ramificou-se através das agências regionais, das Divisões de Segurança e Informações (DSI) inseridas em cada ministério civil e das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) criadas em cada órgão público e autarquia federal. As informações daqueles tidos como opositores ao regime ou subversivos circulavam pelos seguintes órgãos: Centro de Informação do Exército (CEI), criado em 1967; Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), já existente desde 1957; e o Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica (CISA), montado em 1970.

Nos estados federativos do Brasil, até 1967, a ditadura civil-militar utilizou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), subordinado às Secretarias de Segurança Pública, e os policiais civis lotados nas Delegacias de Furtos e Roubos, conhecidos pelo uso da violência e pela prática da corrupção. A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) foi instituída pela Lei nº 71, em 23 de dezembro de 1935, e vigorou no Brasil durante duas ditaduras: o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Em 15 de abril de 1961, passou a ser denominada Departamento de Ordem Política e Social, permanecendo com essa denominação até sua extinção em 22 de março de 1990, pelo Decreto nº 14.276 (SILVA, 2007, p. 127 apud RICARDO, 2009: 28-35). No interior e nas regiões rurais, a atuação do DOPS se deu através da Diretoria Executiva do Interior (DEPIN).

Em 1969, foi criada a Operação Bandeirante (OBAN), financiada por empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e executivos de empresas multinacionais, como Ultragaz, Ford, Volkswagen, Supergel e Copersucar, que estabeleceram um sistema fixo de contribuições para sua manutenção. Era formada por oficiais das três Forças Armadas, policiais estaduais (civis e militares) e policiais federais, sem previsão ou normatização legal. A OBAN estava integrada aos órgãos repressivos e programada para combinar coleta de informações, interrogatórios e operações de combate, tornando-se um centro irradiador de arbitrariedades e violações dos direitos humanos. A Operação Bandeirante serviu de modelo para a criação, em 1970, dos Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e dos Destacamentos de Operação Interna (DOI).

A OBAN era integrada aos órgãos repressivos e programada para combinar a coleta de informações, interrogatórios e operações de combate, funcionando como um centro irradiador de arbitrariedades e violações dos direitos humanos. A Operação Bandeirante serviu de modelo para a criação, em 1970, dos Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e dos Destacamentos de Operação Interna (DOI).

O CODI-DOI foi uma unidade do Exército Brasileiro, instituída por meio de portaria reservada do ministro do Exército, envolvida em atividades de inteligência, investigação e repressão contra pessoas consideradas subversivas ou opositoras ao regime militar. Conduziu a maior parte das operações de repressão nas cidades, atuando sempre em conjunto: os CODIs eram incumbidos de planejar, coordenar e assessorar as medidas de defesa interna, enquanto os DOIs eram unidades de ação e execução. Embora a sequência mais lógica para a sigla, em termos de hierarquia de funções, fosse CODI-DOI, adotou-se a ordem inversa, DOI-CODI, devido ao protagonismo do DOI nas atividades de repressão política.

Logo de início, o DOI-CODI dedicou-se ao combate às organizações da esquerda armada. A partir de 1971, sob jurisdição do II Exército, a política do órgão passou a ser o extermínio dos principais dirigentes de esquerda. À medida que as organizações armadas de esquerda foram sendo destruídas, as atenções do DOI-CODI voltaram-se para os dois partidos comunistas que não se envolveram na guerrilha urbana: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Entre 1974 e 1975, vários dirigentes do PCB foram assassinados clandestinamente por agentes do DOI-CODI, uma vez que haviam sido criados centros clandestinos de tortura e execução, autorizados pelos superiores hierárquicos, dada a autonomia concedida ao órgão.

A desativação do DOI-CODI ocorreu no final do governo militar de João Batista Figueiredo, por meio de uma instrução normativa. Com a redemocratização do país, a promulgação da Constituição de 1988 e a pressão da sociedade civil e de organizações de direitos humanos, as funções desse órgão de repressão foram reabsorvidas pelas 2ª Seções do Exército, voltando-se exclusivamente para informações da área militar.

O estado de Pernambuco sempre esteve à frente das lutas pela liberdade e pela democracia no Brasil. Sua história e diversidade cultural são ricas, mas o estado também carrega marcas de repressão durante o regime militar. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), Pernambuco desempenhou um papel crucial na repressão aos opositores políticos.

Os órgãos de repressão em Pernambuco foram responsáveis pela manutenção do poder autoritário e pelo controle social, impondo silenciamento e subjugando a sociedade à ordem

estabelecida. Essas entidades deixaram um legado de violações dos direitos humanos e traumas profundos na memória coletiva e individual da população. Intelectuais, estudantes, sindicalistas e membros de movimentos sociais eram frequentemente alvos desses órgãos.

Com o fim do habeas corpus em dezembro de 1968 e a criação de órgãos especializados na repressão política, como a OBAN em 1969 e os DOI-CODIs nos anos seguintes, a repressão aumentou significativamente. Esses núcleos repressivos eram formados por equipes compostas por indivíduos de diferentes instituições. Os membros da polícia civil traziam a experiência de tortura contra prisioneiros comuns, enquanto os integrantes do DOPS tinham um saber acumulado sobre perseguição política desde o Estado Novo. Ambos auxiliavam os militares em sua missão de transformar a segurança pública em uma guerra interna.

O DOI-CODI, em Pernambuco, estava localizado na Rua do Riachuelo, ao lado do Hospital Geral do IV Exército, na cidade do Recife. De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, o DOI-CODI na capital pernambucana foi uma das instalações militares no Brasil onde ocorreram práticas de tortura e morte durante o estado de exceção.

A história do DOPS em Pernambuco é um capítulo sombrio que ilustra os excessos cometidos pelos agentes durante o período autoritário no Brasil, de 1964 a 1985. O DOPS ocupava os fundos de dois prédios na Rua da Aurora, no Recife, e operava como um braço repressivo do Estado, agindo com impunidade e utilizando métodos violentos para silenciar vozes críticas ao governo. Prisões arbitrárias, interrogatórios coercitivos, torturas e violações sistemáticas dos direitos humanos eram práticas comuns.

Presos políticos eram frequentemente encaminhados ao DOPS para interrogatórios e submetidos a métodos brutais de tortura física e psicológica. Muitos enfrentavam condições desumanas, eram mantidos em regime de isolamento e forçados a assinar declarações falsas ou a colaborar com as autoridades em troca de alívio nas condições de detenção.

A atuação do DOPS não se limitava apenas a ações diretas contra indivíduos. A instituição também monitorava movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos de oposição e qualquer forma de expressão que pudesse representar um desafio ao autoritarismo.

Com o crescimento da oposição ao governo durante o período ditatorial, o DOPS tornou-se um órgão cada vez mais direcionado ao combate dos movimentos de esquerda no país. Promovia investigações, censura, repressão, disseminação e manipulação da informação, composição de inquéritos e emissão de mandados de prisão, além de interferir na convivência social. Por diversas vezes, descumpria os preceitos legais, morais e éticos ao colher confissões e provas controversas, em busca de incriminações.

O arquivo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco, constituído por documentos pessoais, relatórios policiais sobre militâncias e informações de organizações e partidos políticos, está atualmente salvaguardado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) estabeleceu como um de seus objetivos identificar "[...] as estruturas, os locais e as instituições que se relacionam à prática de violações de direitos humanos [...]" (PERNAMBUCO, 2017, p. 89). Embora o relatório final da comissão investigue um grupo amplo de condutas consideradas graves violações de direitos humanos, o foco foi dado aos "principais locais de sistemática prática de tortura" (PERNAMBUCO, 2017, p. 123).

O principal método utilizado para identificar os locais onde ocorreram práticas sistemáticas de tortura, conforme apontado no relatório final da CEMVDHC, foram os depoimentos colhidos durante os trabalhos da comissão.

Durante o levantamento dos espaços, o relatório mencionou a troca de informações e a realização de ações e diligências conjuntas com a Comissão Nacional da Verdade, a Comissão da Memória e Verdade dos Correios Mércia Albuquerque Ferreira e outras comissões estaduais.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade identificou os seguintes locais associados às graves violações de direitos humanos no Recife: 7ª Cia de Guardas do Recife; Batalhão Moto-Mecanizado; Casa de Detenção do Recife; Centro de Preparação de Oficiais da Reserva; DOI-CODI – IV Exército; DOPS-PE; Quartel da 2ª Companhia de Guardas; Quartel da Base Aérea do Recife; Quartel de Subsistência do Exército; Quartel General do IV Exército; Secretaria de Segurança Pública; e Universidade Federal de Pernambuco.

## **2.4. Tortura e Mecanismos de Tortura**

A tortura foi um instrumento central para a manutenção do estado ditatorial instaurado após o golpe civil-militar de 1964. Conforme observado em estudos históricos, o uso da tortura tornou-se uma prática sistemática do regime, empregada como técnica de repressão e controle social.

A prática da tortura instalou-se nos quartéis ainda no início do governo Castelo Branco e espalhou-se como um vírus, graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder – civis e militares. Ao se converter em política de Estado, entre 1964 e 1968, a tortura elevou o torturador à condição de intocável e transbordou para a sociedade. Para a tortura funcionar, é preciso que existam juízes que reconheçam como legais e verossímeis processos absurdos, confissões renegadas e laudos

mentirosos. Também é preciso encontrar, em hospitais, pessoas dispostas a fraudar autópsias e outros corpos de delito, bem como a receber presos marcados pela violência física. Além disso, é necessário descobrir empresários prontos a fornecer dotações extraorçamentárias para que a máquina de repressão política funcione com maior eficácia. No Brasil, a prática da tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas, e nessa constatação residem o escândalo e a dor. Era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta. Atuava de maneira metódica e coordenada, variando em termos de intensidade, âmbito e abrangência geográfica. Nos primeiros anos da ditadura, o alvo prioritário foram as forças de esquerda que haviam conduzido as lutas sociais no governo Goulart. No entanto, a partir de 1966, os estudantes retomaram as manifestações de rua, que culminaram nas grandes passeatas de protesto de 1967 e 1968, transformando-se em um foco de oposição direta ao governo militar.<sup>13</sup>

Com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) pelo general Costa e Silva, a aplicação da violência como política de Estado intensificou-se. Foi legalizado um aparato de repressão política, o que possibilitou um aumento significativo no número de desaparecidos políticos e consolidou o autoritarismo no país. A tortura passou a ser uma disciplina de ensino no cotidiano da estrutura militar (GASPARI, 2004). Ela foi incorporada aos currículos de formação militar, tornando-se um método sistemático para garantir a confissão dos presos políticos. Seu ensino não era apenas teórico, mas também prático, com presos reais servindo como cobaias nesse aprendizado cruel (BNM, 2019, p. 30). Dessa forma, o regime militar formou torturadores habilidosos, que empregavam métodos com grande eficiência e brutalidade.

O livro *Brasil: Nunca Mais*<sup>14</sup>, publicado pela Arquidiocese de São Paulo com base em processos do Tribunal de Justiça Militar, juntamente com os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, apresenta inúmeros relatos de presos que foram submetidos a torturas físicas e psicológicas pelos agentes dos órgãos de repressão. No auge da ditadura civil-militar, até mesmo crianças e bebês eram sequestrados e torturados para forçar seus pais a fornecerem informações sobre outros militantes.

Os métodos de tortura utilizados pelos órgãos de repressão podem ser classificados em três categorias principais: torturas psicológicas, torturas físicas e torturas atípicas.

No contexto das torturas psicológicas, os métodos empregados eram extremamente cruéis, destinados a quebrar a resistência mental e emocional dos opositores políticos. Práticas comuns incluíam: simulação de execuções, isolamento prolongado, intimidações, encenações

---

<sup>13</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

<sup>14</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

de situações traumáticas, manipulação de informações, uso de drogas, humilhações e violência psicológica.

As torturas físicas, mais frequentemente empregadas, podiam ser aplicadas isoladamente ou em combinação com outros métodos. Espancamentos eram uma prática comum, quase como uma "boas-vindas" para o prisioneiro. Os espancamentos consistiam em socos, pontapés e surras com objetos como cassetetes, pedaços de madeira ou correntes. Para evitar deixar marcas, utilizavam-se toalhas ou jornais molhados.

Os instrumentos utilizados para a tortura física incluíam a palmatória — uma borracha grossa com cabo de madeira — e o pau-de-arara, que consistia em uma barra de ferro atravessada entre os punhos amarrados e a dobra dos joelhos, mantendo o corpo do torturado suspenso a cerca de 20 ou 30 cm do solo. Outras formas de tortura física incluíam arrancar dentes e unhas, quebrar membros, aplicar o "telefone" (tapas simultâneos nos ouvidos, causando lesões nos tímpanos) e o "Cristo Redentor" (posição forçada nas pontas dos pés, com os braços abertos e segurando volumes pesados).

A forma mais brutal de tortura física era o uso da eletricidade. A máquina de choque, conhecida como "Pimentinha", e a "Pianola Boilensen", um teclado que emitia choques de intensidade crescente, foram amplamente utilizadas, especialmente nas áreas sexuais e sensíveis do corpo (vagina, seios, pênis, testículos, ânus, orelhas, gengivas, língua e dedos).

Outros métodos incluíam a "geladeira" — uma cela solitária com variações extremas de clima, luminosidade e som, destinada a desorientar psicologicamente o prisioneiro — e a "cadeira do dragão", revestida com placas de metal conectadas a fios para choque. A "Coroa de Cristo", ou "torniquete", consistia em uma tira de aço ajustada para comprimir o crânio da vítima, causando a morte por esmagamento cerebral.

As torturas de beira de morte, como o afogamento, tinham duas variações: a imersão da cabeça da vítima em água ou a introdução forçada de água nas narinas e boca.

As torturas atípicas, por sua vez, demonstraram a obsessão dos torturadores em criar novos métodos de suplício. Relatos indicam o uso de animais, como cobras e cães, durante os interrogatórios e, de produtos químicos, como éter e amoníaco, para causar dor e desorientação.

As sevícias sexuais, mais frequentes contra mulheres, também atingiram homens. O estupro foi uma prática comum com mulheres, e nem mesmo as grávidas foram poupadas. Muitas sofreram abortos devido à tortura ou ao trauma psicológico.

As sevícias morais e psicológicas incluíam ameaças, chantagens e mentiras envolvendo familiares e amigos. Humilhações, como a tortura de prisioneiros nus ou forçar alguém a assistir

à tortura de entes queridos, constituíam um golpe devastador na alma e na moral dos prisioneiros.

### 3. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A ditadura civil-militar imposta no Brasil entre 1964 e 1985 foi marcada por graves violações de direitos humanos, incluindo a tortura e o desaparecimento de opositores políticos. Esses eventos têm sido amplamente investigados, especialmente no contexto dos locais onde essas práticas repressivas ocorreram. No entanto, a análise desses espaços requer uma abordagem metodológica que vá além das narrativas tradicionais, permitindo a compreensão das nuances e complexidades do período. Nesse sentido, os teóricos Michel de Certeau, Carlo Ginzburg, Michel Foucault e Paul Ricoeur oferecem perspectivas fundamentais para a análise dos locais de tortura e das vítimas da repressão.

Michel de Certeau, em sua obra *A Invenção do Cotidiano* (1994)<sup>15</sup>, propõe uma distinção entre lugar e espaço que é essencial para a compreensão dos locais de tortura. O lugar, segundo Certeau, é estático e controlado pelas instituições, representando a ordem e o poder. Já o espaço é dinâmico, moldado pelas práticas cotidianas dos indivíduos. Os locais de tortura, como o DOI-CODI e o DOPS, podem ser compreendidos à luz dessa distinção, pois, embora tenham sido organizados e controlados pelo Estado para exercer a repressão, também foram transformados pelas interações e experiências dos prisioneiros. Esses espaços, ao serem ocupados pelos corpos das vítimas, tornam-se arenas de conflito entre a dominação e a resistência.

Nos locais de tortura da ditadura brasileira, o corpo humano tornou-se o alvo central das práticas de controle, e a tortura foi utilizada não apenas para extrair informações, mas também como uma ferramenta para moldar subjetividades e aniquilar qualquer resistência. A vigilância e a tortura serviram como mecanismos de disciplina e submissão, projetados para desarticular a dissidência política. Esses espaços funcionavam como laboratórios de controle, onde o Estado exercia seu poder de maneira explícita sobre os corpos das vítimas. O poder, conforme analisado, permeava todas as relações sociais de forma capilar, consolidando-se nesses locais como dispositivos de repressão e submissão. Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987)<sup>16</sup>,

---

<sup>15</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

argumenta que essa prática evidenciava a estratégia do Estado em controlar e disciplinar através da violência física e simbólica.

Carlo Ginzburg, com sua metodologia da micro-história, oferece uma abordagem que permite a análise detalhada dos eventos ocorridos nesses espaços. Ao focar nas experiências individuais e nas fontes marginais, Ginzburg revela os aspectos sutis e muitas vezes esquecidos da repressão, destacando as histórias pessoais dos sobreviventes e os mecanismos de resistência que emergiram mesmo nos ambientes mais hostis. A micro-história permite compreender como as experiências traumáticas das vítimas de tortura, documentadas nos depoimentos colhidos pelas Comissões da Verdade, fornecem uma visão detalhada das dinâmicas de poder e abuso nesses locais. A análise micro-história, ao enfatizar a escala reduzida dos eventos, revela como os locais de tortura foram não apenas espaços de violência, mas também de resistência e sobrevivência.

Em sua obra *A Memória, a História, o Esquecimento* (2007)<sup>17</sup>, Paul Ricoeur contribui significativamente para a reflexão sobre o papel da memória na reconstrução de eventos traumáticos. Ricoeur argumenta que a memória não se limita a uma mera recordação do passado, mas envolve uma prática ativa de reconstrução e interpretação dos eventos históricos. No caso dos locais de tortura, os testemunhos das vítimas tornam-se fundamentais para a preservação da memória coletiva e para a denúncia das atrocidades cometidas. Segundo Ricoeur, a memória deve ser inclusiva, reconhecendo as vozes que foram silenciadas e marginalizadas durante os períodos autoritários, como o regime militar. Ao resgatar essas narrativas, as Comissões da Verdade transformam esses espaços de tortura em símbolos de resistência e justiça, promovendo, assim, a reconciliação e a cura social.

Portanto, à luz das reflexões de Michel de Certeau, Michel Foucault, Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur, os locais de tortura na ditadura civil-militar brasileira podem ser compreendidos como espaços de opressão, mas também como lugares de resistência e ressignificação. As práticas repressivas empregadas pelo Estado nesses locais revelam as complexas relações entre poder, espaço e memória, e os testemunhos das vítimas, ao serem resgatados e reconhecidos, transformam esses espaços em símbolos de luta pelos direitos humanos e pela justiça histórica.

#### **4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO**

---

<sup>17</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

A concepção da revista *Memórias das Sombras - Locais de Tortura na Cidade do Recife nos Tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)* surgiu da necessidade de abordar a história obscura e frequentemente esquecida dos locais utilizados pelos órgãos de repressão para violar os direitos humanos na cidade do Recife. Assim como muitas outras cidades no Brasil, Recife carrega marcas indelévels de um passado de repressão e violência estatal, as quais não podem ser negligenciadas. A iniciativa tem como objetivo resgatar e preservar a memória desses espaços, promovendo uma compreensão crítica e reflexiva sobre os eventos históricos que marcaram esse período de graves violações aos direitos humanos.

A escolha do formato de revista para a apresentação da cartografia dos locais de tortura na cidade do Recife durante a ditadura civil-militar foi motivada por razões pedagógicas e didáticas. Esse formato visa atender tanto aos que resgatam a história das vítimas do período autoritário quanto ao público em geral, utilizando uma linguagem visual e design gráfico que tornam o conteúdo mais acessível e atraente. Tal abordagem facilita o engajamento com temas complexos e sensíveis, como a repressão política e as violações de direitos humanos no Brasil entre 1964 e 1985.

A adoção de um formato visualmente dinâmico permite a integração clara entre textos explicativos, mapas cartográficos, imagens históricas e ilustrações, proporcionando uma compreensão mais profunda dos locais e dos acontecimentos abordados. A cartografia dos espaços de repressão é destacada de forma a facilitar a visualização geográfica dos pontos onde ocorreram torturas, o que enriquece o processo de ensino e aprendizagem ao fornecer um contexto espacial detalhado dos eventos históricos.

Além disso, o formato de revista oferece flexibilidade editorial, possibilitando a inclusão de depoimentos e relatos de testemunhas oculares, o que proporciona uma perspectiva mais humana e direta sobre os acontecimentos. Essa abordagem fomenta uma reflexão interativa e crítica, instigando tanto estudantes quanto o público em geral a ponderar sobre os impactos sociais e políticos do regime ditatorial, bem como sobre a importância da preservação da memória histórica.

Por fim, a escolha do formato de revista visa não apenas apresentar os fatos de maneira acessível e envolvente, mas também estimular o pensamento crítico e promover o debate. A revista convida o leitor a explorar a história de forma mais ativa, aproximando-o de questões fundamentais sobre direitos humanos e justiça social de modo didático e significativo.

## **5. APLICAÇÃO DO PRODUTO**

A utilização da revista *Memórias das Sombras - Locais de Tortura na Cidade do Recife durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)* no ensino do 3º ano do Ensino Médio, tanto na rede pública quanto no particular, representa uma inovação significativa na abordagem da história brasileira nesse nível de ensino. Ao incorporar esse material no ambiente escolar, estamos oferecendo aos alunos a oportunidade de desenvolver uma compreensão crítica e sensível acerca de um período histórico marcante e, muitas vezes, doloroso para o Brasil.

Essa abordagem tem como objetivo não apenas a transmissão de conhecimento histórico, mas também o desenvolvimento de habilidades fundamentais, como o pensamento crítico, a empatia e a consciência social. Ao explorar a história sob a perspectiva das vítimas da ditadura, os estudantes são desafiados a refletir sobre temas essenciais para a formação cidadã, como justiça, direitos humanos e democracia.

A revista *Memórias das Sombras* oferece uma gama de recursos pedagógicos inovadores, como QR Codes, links para documentários e URLs para acessar aulas e entrevistas no YouTube, que incentivam a curiosidade dos alunos e os motivam a pesquisar mais sobre a ditadura civil-militar. Essa abordagem interativa facilita a imersão dos estudantes nos conteúdos históricos e amplia sua compreensão sobre o impacto desse período na sociedade contemporânea.

A introdução desse material no currículo do 3º ano do Ensino Médio demonstra um compromisso com uma educação mais inclusiva e democrática. Ao reconhecer e confrontar os períodos sombrios de nossa história, contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual o respeito pelos direitos humanos e pela dignidade de todas as pessoas é cultivado desde cedo.

Em suma, a aplicação da revista *Memórias das Sombras* no ensino médio constitui um passo importante na promoção de uma educação de qualidade, relevante para os desafios do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que incentiva a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mapeamento dos locais de tortura na cidade do Recife durante a ditadura civil-militar (1964-1985) é um esforço fundamental não apenas para documentar os horrores cometidos pelo

Estado durante este período de repressão, mas também para preservar a memória histórica e combater o esquecimento. Ao identificar esses espaços onde indivíduos foram submetidos a métodos cruéis e desumanos de tortura — muitos dos quais resultaram em morte ou deixaram sequelas físicas e psicológicas permanentes —, o mapeamento revela as estruturas de poder que sustentaram o regime autoritário e evidencia a necessidade urgente de justiça, reparação e reconhecimento das violações de direitos humanos.

A pesquisa conduzida para esse mapeamento foi alicerçada em uma densa contextualização histórica, fornecida principalmente pelos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC). Esses documentos desempenharam um papel central ao iluminar a extensão da repressão e da violência sistematizada pelo regime, tanto no Recife quanto no restante do país. Eles permitiram um entendimento mais profundo das práticas de tortura e dos métodos de controle e intimidação empregados pelos órgãos de segurança, como o DOI-CODI e o DOPS, instituições que se tornaram sinônimos de brutalidade e violação sistemática de direitos humanos.

Além dos dados oficiais, os relatos de sobreviventes, familiares e testemunhas coletados pelas comissões foram essenciais para a construção deste mapeamento. Esses depoimentos oferecem uma perspectiva humana e individual sobre as violações de direitos humanos, dando voz àqueles que sofreram as piores consequências do regime. Eles expõem as experiências vividas nos espaços de tortura, revelando como a violência estatal se manifestava de maneira física e psicológica e como os presos políticos resistiram, mesmo em condições de extrema vulnerabilidade. Assim, ao lado das evidências documentais, essas narrativas pessoais enriquecem o entendimento histórico e sublinham a importância da memória como um mecanismo de justiça.

O mapeamento dos locais de tortura transcende a simples catalogação geográfica, assumindo um papel simbólico e pedagógico de extrema relevância. Esses espaços, outrora marcados pela dor e pela violência, podem ser ressignificados como locais de memória e reflexão crítica, promovendo não apenas o reconhecimento das vítimas, mas também uma conscientização mais ampla sobre os perigos do autoritarismo. A transformação desses lugares em marcos históricos e educativos contribui para a formação de uma consciência social coletiva que valoriza a liberdade, a democracia e os direitos humanos. Desse modo, o estudo não se restringe à documentação do passado, mas participa ativamente da construção de uma narrativa

histórica inclusiva e plural, que reconhece as vozes silenciadas e promove um esforço contínuo de reconciliação.

A relevância desse trabalho também se reflete em seu impacto educacional. Os esforços das comissões de verdade forneceram as bases para o desenvolvimento do nosso produto final, a revista *Memórias das Sombras*, que se destina a servir como uma ferramenta educativa significativa para os alunos do 3º ano do Ensino Médio. Através desse material didático, os estudantes terão a oportunidade de acessar uma narrativa histórica que valoriza a verdade e os direitos humanos, permitindo uma compreensão mais crítica e reflexiva sobre o período ditatorial. A revista não apenas expõe os fatos, mas também estimula o pensamento crítico e a conscientização, ajudando as novas gerações a entender os riscos que o autoritarismo representa para a sociedade.

Por meio da conscientização dos jovens, podemos fortalecer os valores democráticos e garantir que as atrocidades cometidas durante a ditadura civil-militar jamais voltem a ocorrer. Este estudo não é apenas um testemunho das dificuldades e do sofrimento enfrentados pelo povo brasileiro, mas também um compromisso renovado com a defesa dos direitos humanos e da justiça social. Ao resgatar a memória daqueles que foram silenciados, estamos contribuindo para a construção de um futuro mais justo e democrático, onde a liberdade e a dignidade de todos os cidadãos sejam preservadas e protegidas. Que este trabalho sirva como um farol para as futuras gerações, lembrando-nos da importância de lutar continuamente contra a opressão e de promover a preservação dos valores fundamentais que sustentam uma sociedade verdadeiramente democrática.

## **7. ACERVOS E FONTES**

Durante o processo de pesquisa, uma ampla gama de acervos e fontes foi consultada para fornecer uma base sólida para a análise, argumentação e construção do produto final. A seguir, são apresentados os principais recursos utilizados:

### **7.1. Hemeroteca Digital**

Em 2012, a Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) criou a Hemeroteca Digital Brasileira, o mais importante portal de pesquisa online em periódicos do país. A Hemeroteca Digital é uma coleção de periódicos e jornais disponibilizados de forma digitalizada, permitindo

acesso remoto e uma pesquisa mais eficiente. Ela reúne uma vasta quantidade de informações históricas, culturais, sociais e políticas, oferecendo uma janela para o passado e facilitando estudos acadêmicos, pesquisas históricas e investigações jornalísticas.

Por meio da Hemeroteca Digital, pesquisamos nos jornais *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* suas posições ideológicas e alguns fatos importantes ocorridos no período entre 1964 e 1985.

O *Diario de Pernambuco* foi fundado como folheto publicitário por Antônio José de Miranda Falcão em 7 de novembro de 1825, no Recife. A partir de 1908, ao completar 83 anos de existência, o matutino acrescentou ao título o slogan: “Jornal mais antigo em circulação na América Latina”. No pleito presidencial de 1960, apoiou o candidato Jânio Quadros, vinculado ao partido União Democrática Nacional (UDN), em oposição ao candidato do PSD-PTB (Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileiro), marechal Henrique Teixeira Lott. Embora voltado para questões locais e regionais, o jornal não acompanhou as principais notícias do governo e assumiu uma posição marcadamente oposicionista em relação ao governo federal após a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart (PTB) em meio a uma crise político-militar, acreditando que o país estava ameaçado pelo comunismo. Na esfera estadual, com a radicalização política no Nordeste, o jornal lançou uma luta sistemática contra qualquer medida do governo de Miguel Arraes de Alencar, eleito em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST) com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD). O *Diario de Pernambuco* apoiou o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, que depôs o governo Goulart. Com a deposição de Arraes, o jornal passou a apoiar o governo de Paulo Guerra e sua política de aproximação com a classe burguesa.

Entre 1964 e 1968, o jornal deu ampla cobertura aos governos de Humberto de Alencar Castello Branco e Artur Costa e Silva, mas sofreu os efeitos da censura após a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. A censura se manifestou de duas formas: censores do Departamento de Operações Internas – Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-CODI), que se instalavam na própria redação, e a existência de um índice de temas e pessoas proibidas de serem abordadas. Jornalistas foram presos e, ao serem libertados, não retornaram à redação. A censura prévia aos jornais e à televisão foi suspensa em 1978 com a revogação do AI-5 pelo governo de Ernesto Geisel. A Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979, foi amplamente coberta pelo *Diario de Pernambuco*, mas sem se posicionar sobre a volta da democracia ou destacar a importância do retorno de exilados políticos, como Miguel Arraes.

O *Jornal do Commercio*, publicado desde 1º de outubro de 1827, é o segundo periódico diário mais antigo do Brasil ainda em circulação. Em 1959, passou a integrar a rede de comunicação Diários Associados, de Assis Chateaubriand. A partir dessa data, o jornal adotou uma linha conservadora e apoiou o golpe militar de 1964. Durante a ditadura, sob a direção de Moacir Padilha, manteve uma linha totalmente pró-governo. No entanto, os Diários Associados, sob a liderança de Chateaubriand, enfrentavam concorrência de outros grupos midiáticos, como o de Roberto Marinho, e perderam espaço político junto ao regime militar.

## **7.2. Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)**

O Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), Decreto nº 7037/2009, foi o primeiro a apresentar um eixo orientador sobre o Direito à Memória e à Verdade. A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) estava entre as diretrizes do PNDH-3, juntamente com a mudança de nomes de logradouros e a revogação de leis do período da ditadura. A CNV foi instituída com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, incluindo torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Os trabalhos da CNV encerraram-se em 2014 e deixaram um legado documental que contribuiu significativamente para a memória coletiva do país. Metodologicamente, a CNV subdividiu suas atividades em grupos de trabalho, abordando temas como o golpe civil-militar de 1964, o sistema de justiça durante a ditadura, a repressão aos trabalhadores e aos movimentos sociais, graves violações de direitos humanos no campo e entre indígenas, entre outros.

O relatório final da CNV foi divulgado em 10 de dezembro de 2014 e está dividido em três volumes. O primeiro apresenta os objetivos da comissão; o segundo, textos temáticos sobre setores da sociedade que sofreram violações de direitos humanos; e o terceiro, biografias dos 434 casos de mortes ou desaparecimentos políticos no Brasil. O relatório também trouxe 29 recomendações, baseadas em sugestões externas e nas constatações dos conselheiros da CNV, visando à prevenção de futuras violações de direitos humanos e ao aprofundamento do Estado democrático de direito.

### **7.3. Relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC)**

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara foi instituída pelo governo de Pernambuco para investigar violações de direitos humanos ocorridas no estado durante a ditadura civil-militar. Nomeada em homenagem ao arcebispo Dom Helder Câmara, defensor dos direitos humanos, a comissão visava esclarecer casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados no estado, promovendo a verdade, a justiça e a reconciliação.

O relatório da CEMVDHC contribuiu para a memória coletiva de Pernambuco, preservando o legado das vítimas e suas famílias e promovendo a justiça histórica no contexto das violações cometidas durante o regime autoritário.

### **7.4. Brasil: Nunca Mais**

O projeto Brasil: Nunca Mais foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, sob a coordenação do então arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, do rabino Henry Sobel e do pastor presbiteriano Jaime Wright, e por uma equipe de pesquisadores coordenada pelo Centro de Justiça e Paz (CEJIL).

O livro foi resultado de um trabalho meticuloso de investigação e documentação, iniciado clandestinamente em 1979, com base em mais de 900 mil páginas de processos judiciais movidos contra presos políticos.

Publicado em 1985 com o objetivo de evitar que processos e arquivos fossem destruídos, o livro expõe os horrores e as atrocidades cometidas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Revela, ainda, a extensão dos crimes contra a humanidade perpetrados pelo regime militar, utilizando relatos de sobreviventes, documentos oficiais e depoimentos.

O livro Brasil: Nunca Mais expõe as práticas de tortura, desaparecimentos forçados e violações dos direitos humanos que marcaram aquele período sombrio da história do Brasil. Além de servir como um testemunho crucial da história brasileira recente, o livro também teve um papel significativo na luta pela redemocratização do país, ao expor as violações dos direitos humanos e demandar responsabilização pelos crimes cometidos.

Esses acervos e fontes foram cuidadosamente selecionados e analisados para garantir a precisão e a profundidade da pesquisa, proporcionando uma base sólida para a investigação e conclusões apresentadas neste estudo.

## REFERÊNCIAS

### Artigos

FICO, Carlos. **Ditadura Militar:** mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 464-483, jul./dez. 2013. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 172, jan.-jun. 2010.

### Livros

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais.** 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.  
BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade.** 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO – IEVE; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - RJ e PE. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 1995.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart:** uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo.** 1. ed., 5. reimpor. São Paulo: Contexto, 2022.

FON, Antônio Carlos. **Tortura:** a história da repressão política no Brasil. 4. ed. São Paulo: Global, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas:** a ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. FiFel, 1991.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara**. Relatório final: 2001, v. 1. Recife: CEPE, 2017.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara**. Relatório final: 2001, v. 2. Recife: CEPE, 2017.
- POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- QUADRAT, Samantha Viz. **Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- REIS, Daniel Aarão (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; v. 5), p. 78.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

## Teses

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros:** as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985). 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2012.

DA SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória:** a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). 2007. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

SILVA, Simone Tenório Rocha. **Em Busca da Utopia:** As manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. 202f. Tese (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2002. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1/arquivo7613\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1/arquivo7613_1.pdf). Acesso em: 15 set 2024.

## Relatórios

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** *Relatório / Comissão Nacional da Verdade.* Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014a. 976 p. – (Relatório da Comissão da Verdade, v. 1).

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** *Relatório / Comissão Nacional da Verdade.* Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014b. 416 p. – (Relatório da Comissão da Verdade, v. 2)